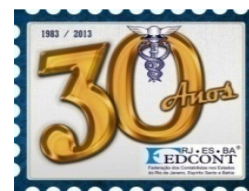




Filiado à

BOLETIM ANO III – Nº 143



Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2013

PERDÃO A MULTINACIONAIS ABRE CRISE NA RECEITA FEDERAL

DAVID FRIEDLANDER

MARIANA CARNEIRO

DE SÃO PAULO

O subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Caio Marcos Cândido, deixou ontem o cargo fazendo um tremendo barulho.

Numa mensagem publicada no correio interno do fisco, que chega a todos os auditores do país, reclamou sem meias palavras da ingerência externa em decisões do fisco. A Receita nega que sofra interferência externa.

Lei beneficia bancos e multinacionais.

A área até ontem chefiada por Cândido é uma das mais sensíveis na estrutura da Receita. Responsável pela política de fiscalização do Fisco, decide as empresas e setores que devem passar pelo pente-fino dos auditores e aplica as autuações nos infratores.

"Há algum tempo estava incomodado com a influência externa em algumas decisões, com prevalência em algumas vezes, sob meu ponto de vista, de posições menos técnicas e divorciadas do melhor interesse. Assim, melhor voltar para casa com a certeza do dever cumprido e de ter combatido o melhor combate", escreveu Cândido.

Ele citou ainda saudades da família, que vive fora de Brasília, como outro motivo para sua decisão.

O conteúdo de sua mensagem, espalhada pela rede interna do órgão, provocou uma onda de especulações sobre a suposta "influência externa" mencionada por ele.

Em sua mensagem, Cândido não revela de onde viria a pressão externa que o teria levado a pedir para deixar o cargo. A **Folha** apurou, no entanto, que ele andava incomodado com aquilo que enxergava como interferência de grandes empresas.

GOTA D'ÁGUA

A gota d'água teria sido as condições especiais oferecidas às multinacionais brasileiras no pagamento de tributos atrasados, em lei sancionada pela presidente Dilma.

As empresas foram autuadas pela Receita para pagar, com multa, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de lucros obtidos no exterior, mas questionavam a cobrança na Justiça.

Ontem, o governo publicou uma lei que perdoa multas e juros dessas empresas, caso paguem à vista. Elas também poderão usar créditos fiscais para quitar suas dívidas.

Essas condições, antecipadas pela Folha na semana passada, são consideradas incomuns por auditores e tributaristas. São ainda mais favoráveis do que as oferecidas em 2009, quando a economia brasileira se retraiu em decorrência da crise externa.

A medida azedou o clima na Receita, apurou a Folha. Entre tributaristas, ficou a impressão de que o governo está recorrendo a medidas extremas para aumentar a arrecadação a qualquer custo.

A reportagem contatou Cândido pelo celular ontem, mas ele disse que não poderia falar. Hoje é seu último dia na função e os colegas preparam uma festinha de despedida.

O secretário da Receita, Carlos Alberto Barreto, afirmou em nota que Cândido deixou o cargo de confiança por razões pessoais e por "um natural desgaste no exercício da função, decorrente de questões administrativas internas do órgão".

"Qualquer ilação de que o pedido de exoneração teria fundamento em supostas ingerências externas à Receita Federal é equivocada e desconectada da realidade."

Fonte : Folha de São Paulo 11/10/2013

RELATOR PROPÕE TETO MAIOR E VÁRIAS FAIXAS PARA EMPRESAS NO SUPERSIMPLES

Mecanismo seria similar ao do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as empresas pagando alíquota maior apenas sobre o valor que exceder a faixa de enquadramento.

Gabriela Korossy / Câmara dos Deputados



Puty espera que seu texto seja votado na comissão especial na semana que vem.

O relator da proposta (Projeto de Lei Complementar 237/12) que altera o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar 123/06), deputado Cláudio Puty (PT-PA), apresentou, nesta quinta-feira (10), os

principais pontos que deverão estar em seu substitutivo. Entre outras medidas, o PLP amplia os incentivos fiscais já concedidos por meio do Simples Nacional (ou Supersimples) ao setor, que representa 25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Puty, o substitutivo ao projeto do deputado Pedro Eugênio (PT-PE) deve estar pronto amanhã (11) para ser votado na semana que vem na comissão especial que analisa a matéria. O relator espera se reunir com a presidente Dilma Rousseff para explicar as alterações nas regras do Supersimples e convencer o governo a apoiar as mudanças. A Receita Federal é contra algumas propostas como o aumento do teto para micro e pequenas empresas para R\$ 432 mil e R\$ 4,32 milhões, respectivamente – hoje, esses valores são de R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões.

“Eles são contrários a tudo que apresentamos, mas me parece que esse é o papel da Receita. Temos, por outro lado, um ministério [Secretaria da Micro e Pequena Empresa] e uma presidente da República”, afirmou Puty.

Faixas do Supersimples
Outra alteração sugerida pelo relator é o enquadramento das microempresas e empresas de pequeno porte por faixas para o pagamento de alíquotas tributárias variáveis. Seria um mecanismo similar ao utilizado na cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF): se o contribuinte ultrapassar determinada faixa de contribuição, paga uma alíquota maior apenas sobre o valor que exceder aquele limite, desde que se mantenha abaixo do teto a ser estabelecido pela proposta.

Gabriela Korossy / Câmara dos Deputados



Luiz Barretto: regras atuais do Supersimples punem empresas quando atingem o limite de faturamento.

Puty considera que, com essa mudança, “haverá um movimento significativo de migração para o Simples. Teríamos mais de 2 milhões de companhias no último subteto”, declarou.

O relator propõe ainda o uso do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como cadastro único de empresas, sem necessidade de registros estaduais ou municipais, por exemplo.

Regras de transição
Em seminário promovido hoje pela comissão especial do PLP 237/12, o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, defendeu regras claras para a saída do Supersimples, com um regime de transição. “Temos de estimular o desenvolvimento; é preciso haver um limite de transição. Quando atingem o sucesso, as companhias morrem”, disse Barretto. Segundo ele, o Brasil possui mais de 8 milhões de micro e pequenas empresas.

Puty espera se reunir com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, a fim de garantir a inclusão da proposta nas pautas de votação o quanto antes, para as novas regras serem válidas para 2014.

Reportagem – Tiago Miranda

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte : 'Agência Câmara Notícias' 10/10/2013

PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS GANHA NOBEL DE ECONOMIA

Eugene Fama, de 74 anos Nobel de Economia, na Universidade de Chicago

Três acadêmicos americanos ganharam o Prêmio Nobel de Economia por seu trabalho pioneiro sobre os mercados financeiros, que transformou a gestão de carteiras e a precificação de ativos e inaugurou o estudo de como as emoções afetam as decisões de investimento.

A Real Academia Sueca de Ciências concedeu ontem o prêmio a Eugene Fama e Lars Peter Hansen, da Universidade de Chicago, e a Robert Shiller, da Universidade de Yale, citando os seus estudos pioneiros, que são complementares, porém foram realizados de modo independente, sobre "a análise empírica do preço dos ativos".

Os laureados se concentraram na forma com que são definidos os preços das ações e dos títulos, mas suas constatações têm implicações que vão muito além dos mercados financeiros. Todos os aspectos da macroeconomia são afetados pela tolerância ao risco - bem como pelos atos, racionais e irracionais, que incentivam os indivíduos e as empresas a investir ou a poupar dinheiro.

"Ainda temos neste país [EUA] um senso de colaboração que vai emergir e evitar um default [da dívida pública]" (Robert Shiller, falando ontem após vencer o Nobel de Economia)

Mark Gertler, economista da Universidade de Nova York, atualmente em licença sabática na Universidade Columbia, disse que a escolha não foi uma surpresa. "Todos eles estavam na seleta lista [dos indicados ao Nobel] há muitos anos", disse. "O interessante é a forma como os três se conectam."

Fama, de 74 anos de idade, é visto por muitos como o pai das finanças modernas pelo seu trabalho, dos anos 60, sobre a teoria dos mercados eficientes. Depois de ter pouco sucesso na escolha de ações, Fama concluiu que os mercados eram eficientes dentro de um período do dia a dia ou de mês a mês. Eles absorviam as informações mais recentes de maneira rápida e integrada e geravam preços exatos para os ativos. A conclusão desmentiu as noções de que se podia tentar lucrar prevendo o mercado ou as ações a cada momento - e deu origem ao setor de fundos de investimento.

Lars Peter Hansen, de 60 anos, também professor da Universidade de Chicago

Shiller concluiu 20 anos depois que a eficiência de curto prazo dos mercados era menos duradoura ao longo de períodos mais extensos. Ele examinou por que os preços dos ativos eram voláteis demais para serem justificados pelos dados fundamentais, como os dividendos. Em períodos de três a cinco anos, os preços oscilavam por uma série de razões, tais como a aversão dos investidores ao risco, seu otimismo ou pessimismo. Nasceu assim o campo da economia comportamental, com os estudiosos tentando compreender o que há por trás das mudanças nas atitudes dos investidores em relação à tolerância ao risco e às decisões de risco.

Ao mesmo tempo, Hansen estava trabalhando em questões sobre a previsibilidade do mercado e apresentou uma ferramenta para estudar as mudanças na precificação de ativos. Isso levou ao seu Método Generalizado dos Momentos, ferramenta econométrica que hoje é um teorema padrão da economia, aplicável em todo o campo e não apenas aos mercados financeiros.

O Teorema de Hansen é "absolutamente espetacular", disse John Cochrane, professor da Faculdade de Administração Booth, da Universidade de Chicago. "Parece muito complicado, mas ele levou a coisa para outra dimensão (...) e viu que é algo gloriosamente simples."

"Precificar errado os ativos pode contribuir para crises financeiras (...), e essas crises podem afetar a economia geral" (Eugene Fama, ao comentar o seu trabalho, premiado com o Nobel)

Aos 60 anos, Hansen é o mais jovem dos vencedores do Nobel de Economia deste ano. "Ultimamente tenho me sentido velho", disse ele. "Mas isso me dá a sensação de ser jovem." Ele disse que seu trabalho sobre o teorema data do tempo em que fazia pós-graduação e começava a lecionar, sendo orientado pelos vencedores do Nobel de 2011, Thomas Sargent e Christopher Sims.

Cochrane, que é genro de Fama, além de seu colega, disse ontem que, depois de saber da decisão do painel do Prêmio Nobel, seu sogro retomou sua rotina normal, dando aula na Universidade de Chicago, seu domicílio profissional há 54 anos. Embora Fama tenha trocado o tênis e o windsurf pelo golfe, ele não dá nenhum sinal de estar desacelerando o ritmo, disse Cochrane.

Shiller, 67, é um dos criadores do Índice de Preços de Imóveis Case-Shiller, da Standard & Poors, que acompanha a trajetória do valor dos imóveis nos Estados Unidos. Numa coletiva de imprensa ontem em New Haven, no Estado americano de Connecticut, Shiller afirmou que muitos campos, incluindo o Direito, a Sociologia e a História, contribuíram para a formação dos seus estudos e que sua esposa, que é psicóloga, "contribuiu na formação do meu trabalho de uma maneira fundamental".

Robert Shiller, de 67 anos, professor de Finanças na Universidade de Yale

Shiller está trabalhando em outro livro com George Akerlof, um dos vencedores do Nobel de 2001, que é casado com Janet Yellen, indicada para suceder a Ben Bernanke como presidente do Federal Reserve, o banco central americano. O trabalho trata das manipulações e enganos na Economia. O livro anterior do autor foi "O Espírito Animal - Como a psicologia humana impulsiona a economia e a sua importância para o capitalismo global".

Os prêmios de ontem acrescentam mais três especialistas baseados nos Estados Unidos aos laureados com o Nobel deste ano. Há uma semana, três cientistas que trabalham nos EUA ganharam o Prêmio Nobel de Medicina. Dois dias depois, três cientistas trabalhando nos Estados Unidos venceram o prêmio de Química.

(Colaborou Niclas Rolander.)

Fonte: GS Notícias – Valor Online 15/10/2013

PROJETO APERFEIÇA A LEGISLAÇÃO DE EMPRESA E CRIA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade, nesta quarta-feira (16), o Projeto de Lei do Senado 96/2012, que modifica o Código Civil (Lei 10.406/2002) para aperfeiçoar a legislação da empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli). Ele também passa a permitir a criação da sociedade limitada unipessoal (SLU). A matéria recebeu decisão terminativa na comissão.

O texto retira a exigência de capital mínimo para a formação da empresa individual que pela lei em vigor é de pelo menos 100 salários mínimos e a obrigatoriedade de integralização de todo o capital no momento da constituição da empresa.

Durante a discussão, o autor da proposta, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), justificou a eliminação da exigência do capital, que em sua opinião é um faz de conta em vigor no país. Segundo disse, hoje, se alguém quiser iniciar um empreendimento individual precisa colocar numa conta bancária mais de R\$ 60 mil, e esse capital deixa de existir dois ou três dias depois de sua criação, já que o cidadão precisa investir em sua empresa.

Deixemos que ele comece sua atividade com o equipamento e o crédito que tenha, para depois crescer com seu trabalho afirmou.

O relator, senador Gim (PTB-DF), lembrou que a obrigatoriedade de integralização - que o texto elimina - leva à existência de empresas com sócios-laranja, já que para as sociedades limitadas não há exigência de capital mínimo.

O texto modifica a lei vigente e, na Eireli, restringe à pessoa natural a constituição da empresa individual de responsabilidade limitada. A legislação em vigor é ambígua, dando brechas para que a pessoa jurídica também possa fazê-lo. Também passa a permitir à pessoa natural constituir mais de uma Eireli.

Fonte: Agência Senado - 16.10.2013

PLENÁRIO APROVA MINIREFORMA ELEITORAL; FALTA CONCLUIR DESTAQUES

O Plenário aprovou, nesta quarta-feira (16), o Projeto de Lei da Minirreforma Eleitoral (PL 6397/13, do Senado), que altera normas para a propaganda eleitoral na TV e na internet e simplifica a prestação de contas dos partidos. Os deputados poderão concluir na próxima terça-feira (22) a análise dos destaques apresentados ao texto.

A sessão foi encerrada por falta de quórum quando estava em curso a votação nominal de destaque do PT que pretendia manter, na lei atual, a propaganda em bens particulares.

Contrário ao destaque do PT, o relator da proposta, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defendeu o adiamento. Se mantivermos a lei, estamos mantendo a campanha cara. Vamos parar a votação para discutir com maior tranquilidade.

Prestação de contas

A minirreforma limita o poder de auditoria da Justiça Eleitoral sobre a contabilidade, a prestação de contas e as despesas de campanha eleitoral dos partidos.

A Justiça deverá fazer apenas o exame formal dos documentos contábeis e fiscais apresentados pelos partidos políticos. Hoje, não há esse limite na Lei Eleitoral (9.504/97).

Concessão pública

Com destaque do PMDB, em apoio ao Psol, o Plenário retirou do texto uma das mudanças mais polêmicas, que permitia a empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público doar recursos às campanhas indiretamente, por meio de subsidiárias, por exemplo.

O destaque também retirou a possibilidade de doações das cooperativas e associações sem fins lucrativos cujos cooperados ou associados não fossem concessionários ou permissionários de serviços públicos nem beneficiados com recursos públicos.

Outro destaque do PMDB aprovado deixa claro que os recursos obtidos pelos partidos por meio do Fundo Partidário não estão sujeitos às regras da Lei de Licitações(8.666/03) para contratação de bens e serviços.

Parcelamento de multas

Emenda do deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) aprovada pelo Plenário limita a prestação do parcelamento

de multas eleitorais a 10% da renda da pessoa. A intenção do deputado é evitar o comprometimento da renda.

Comprovação

Segundo o texto aprovado em Plenário, as doações de bens móveis de até R\$ 4 mil e doações entre candidatos, partidos ou comitês decorrentes do uso comum de sede e de material não precisarão mais ser comprovadas na prestação de contas das campanhas eleitorais. A norma limita gastos com alimentação em campanha a 10% da receita obtida, e os gastos com aluguel de carros a 20% dessa receita.

Já os gastos com passagens aéreas realizados pelos partidos com recursos do Fundo Partidário serão comprovados apenas com a fatura ou duplicata emitida por agência de viagem.

Como não poderá ser exigido o bilhete eletrônico de embarque, o efetivo beneficiário da passagem será desconhecido. A regra também se aplica aos gastos com passagens durante a campanha eleitoral.

Agência Câmara de Notícias – 16.10.2013

HORÁRIO DE VERÃO COMEÇA DOMINGO

A adoção do horário de verão no período 2013-2014 representará uma economia de R\$ 4,6 bilhões em investimentos que deixarão de ser feitos em geração e transmissão de energia, e de R\$ 400 milhões sem o acionamento de usinas térmicas, conforme estimativa do governo federal.

O horário de verão que terá início à zero hora do próximo domingo (20) e terminará à zero hora do dia 16 de fevereiro de 2014 será adotado no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, em Minas Gerais, em Goiás, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal.

No horário de pico, entre as 18h e as 21h, a redução na demanda será 2.065 megawatts (MW) no sistema das regiões Sudeste/Centro-Oeste. Na Região Sul, a redução será 630 MW. Nos dois sistemas, que abrangem as três regiões, a redução da demanda nos horários de pico ficará entre 4,5% e 5%, enquanto a redução de consumo geral do sistema será em média 0,5%.

No Brasil, o horário de verão foi instituído pela primeira vez no verão de 1931/1932 pelo então presidente Getúlio Vargas. A medida é adotada sempre nesta época do ano, quando os dias são mais longos por causa da posição da Terra em relação ao Sol. No fim do ano, há também um aumento na demanda por energia, resultante do calor e do crescimento da produção industrial devido ao Natal.

Na última temporada (2012/2013), o horário de verão gerou economia de 4,5% no período de pico nos estados em que foi adotado.

Fonte : Jus Brasil Notícias - 16/10/2013

JUSTIÇA EM NÚMEROS: PROCESSOS EM TRÂMITE NO JUDICIÁRIO CRESCE 10% EM QUATRO ANOS

Por: *Tatiane Freire*

Relatório da Pesquisa Justiça em Números 2013, divulgado nesta terça-feira (15/10), revela que o número de processos em trâmite no Judiciário brasileiro cresceu 10,6% nos últimos quatro anos e chegou a 92,2 milhões de ações em tramitação em 2012. O aumento no volume de processos ocorre apesar da melhoria da produtividade de magistrados e servidores e resulta, principalmente, do aumento de 8,4% no número de casos novos em 2012 e de 14,8% no quadriênio.

De acordo com a pesquisa, o estoque de casos pendentes de julgamento no início de 2012 era de 64 milhões de processos. Somados aos 28,2 milhões de casos que ingressaram ao longo do ano, chega-se ao total de 92,2 milhões de processos em tramitação em 2012, número 4,3% maior que o do ano anterior.

O relatório indica que houve aumento nos números de processos baixados, sentenças e decisões proferidas, chegando-se a patamares semelhantes à demanda. No ano passado, o número de processos baixados (solucionados) cresceu 7,5% e chegou a 27,8 milhões de processos, e o número de sentenças ou decisões proferidas foi 4,7% maior (24,7 milhões).

No entanto, o crescimento de casos novos desde 2009 (14,8%) é superior ao de processos baixados (10%) e de sentenças (4,7%). Com isso, o estoque de casos pendentes vem crescendo ano a ano (aumento de 2,6% em 2012 e de 8,9% no quadriênio).

De acordo com a conselheira e presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, ministra Maria Cristina Peduzzi, responsável pelo trabalho, o levantamento feito pelo Justiça em Números cumpre papel fundamental para a melhoria da prestação jurisdicional no país. "Traçar um retrato da Justiça que compreenda suas arrecadações e despesas, a alocação da sua força de trabalho, o volume e as movimentações processuais em cada segmento é, em primeiro lugar, uma forma de cumprir com o dever de transparência e de publicidade que cabe a todos os poderes estatais e permite a responsabilização e o controle social", afirmou Peduzzi, ao anunciar os números da edição 2013, com dados de 2012, do relatório.

Congestionamento – A taxa de congestionamento – que mede o percentual de processos em tramitação que não foram baixados durante o ano – apresentou leve queda de 1 ponto percentual e ficou em 69,9%, ou seja, de 100 processos que tramitaram, apenas 30 foram baixados no período. O patamar é semelhante ao registrado em 2009. No quadriênio, essa taxa cresceu 0,2 ponto percentual.

O índice de processos baixados por caso novo mostra que, apesar dos esforços, os tribunais não estão conseguindo liquidar nem mesmo o quantitativo de processos que ingressou no Judiciário no período, dada a elevada procura pela Justiça.

Em 2012, para cada 100 processos novos que entraram, 98,5 dos que tramitavam foram baixados. Em 2011 essa relação era de 99,4 para cada 100. A diferença entre os processos que são baixados e os novos é o que

se acumula no Judiciário ano a ano. No quadriênio, a queda no índice de baixados por caso novo foi de 4,3 pontos percentuais.

Mais produtividade – O levantamento demonstra que cresceu a produtividade dos magistrados. De acordo com o relatório, cada magistrado proferiu, em 2012, 1.450 sentenças em média, o que representa aumento de 1,4% em relação ao ano anterior. É o terceiro ano consecutivo em que o índice registra crescimento. Também foi maior o número de processos baixados por magistrado: 1.628 processos ou 4,1% de aumento em relação a 2011.

Impacto da Execução Fiscal – O Relatório Justiça em Números 2013 detalha ainda o impacto dos casos de execução fiscal sobre os principais indicadores do Poder Judiciário. De acordo com a pesquisa, 29,2 milhões de processos dessa natureza tramitam no Poder Judiciário, o que representa 32% de todos os processos em tramitação.

Essas ações correspondem a 40% do estoque de processos pendentes e apenas 13% dos casos novos de 2012. A conclusão do estudo é que a principal dificuldade consiste na liquidação do estoque existente, que cresce ano após ano. Na execução fiscal, a taxa de congestionamento é de 89%, ou seja, de cada 100, apenas 11 são baixados ao longo do ano.

O estudo simula que impacto teria a retirada de todos os processos de execução fiscal sobre os principais indicadores do Poder Judiciário. O resultado é que a taxa de congestionamento, mensurada em 69,9% no ano de 2012, cairia para 60,9%. O percentual de processos baixados também sofreria melhora significativa e ultrapassaria os 100%, patamar mínimo para se evitar o acúmulo de processos. O número de processos em trâmite cairia de 92,2 milhões para 63 milhões.

"A estatística cumpre uma função dinâmica de fornecer embasamentos objetivos para definição de estratégias e providências relativas à gestão judiciária e torna possível detectar os pontos de entrave da atividade judicial, criticar e repensar práticas estabelecidas e convocar medidas inovadoras. Por tudo isso, o relatório deve ser tomado como um ponto de partida", ressaltou a ministra Maria Cristina Peduzzi.

Veja [aqui](#) o resumo do relatório.

Veja, por capítulos, a íntegra do relatório:

Capítulo 1 – Introdução

Capítulo 2 – Metodologia do Relatório Justiça em Números

Capítulo 3 – Justiça Estadual

Capítulo 4 – Justiça do Trabalho

Capítulo 5 – Justiça Federal

Capítulo 6 – Justiça Eleitoral

Capítulo 7 – Justiça Militar Estadual

Capítulo 8 – Tribunais Superiores

Capítulo 9 – Poder Judiciário

Capítulo 10 – Considerações Finais

Capítulo 11 – Referências

Capítulo 12 – Cartões de Referência

Fonte: Agência CNJ de Notícias – 14.10.2013

FLORIANÓPOLIS - NA 3ª EDIÇÃO DO FÓRUM DE ATUALIZAÇÃO SINDICAL

REALIZADA PELA CNPL



“A dinâmica do atual momento do movimento sindical das profissões liberais sob a ótica da atualização dos dirigentes das entidades filiadas, com foco, também, na formação de novas lideranças sindicais.”

Esta é, em síntese, a principal plataforma de debates e discussões do ciclo de ‘Fóruns de Atualização Sindical’, que acontecerão durante todo o ano de 2013, em todas as regiões brasileiras, patrocinado e organizado pela Confederação Nacional das Profissões Liberais, juntamente com seus parceiros preferenciais. Participe!

No próximo dia 25 de outubro /2013 .

Local: Mercure Florianópolis centro, localizado na Rua Felipe Schmidt 1102 – Centro – Florianópolis

Programação sugerida

25/10/13

09h00 – 10h00 Credenciamento

10h15 – 10h30 Abertura

10h30 – 12h30 O Estado e as Normatizações para o Movimento Sindical (Zilmara Alencar)

12h30 – 14h30 Almoço

14h30 – 16h00 Cenário Político no Brasil e o Movimento Sindical dos Profissionais Liberais (André Santos)

16h00 – 16h30 Coffee Break

16h30 – 18h00 Direito Trabalhista (Desembargador Francisco Meton Marques de Lima)

18h00 – 18h30 Conclusões / Encerramento

20h00 – Jantar

Maiores Informações e Inscrições : www.cnpl.org.br